

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**GESTOR EDUCACIONAL : MEDIADOR DA INCLUSÃO**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**LIGIA GRAZIELA ALTHAUS**

**Tio Hugo, RS, Brasil**

**2011**

# **GESTOR EDUCACIONAL: MEDIADOR DA INCLUSÃO**

**por**

**Ligia Graziela Althaus**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional da Universidade  
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para  
obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ms. Izabel Cristina Uaska Hepp**

**Tio Hugo, RS, Brasil  
2011**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia  
de Especialização

**GESTOR EDUCACIONAL: MEDIADOR DA INCLUSÃO**

**elaborada por  
Ligia Graziela Althaus**

Como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**Comissão Examinadora**

---

**Prof<sup>a</sup> Ms- Izabel Cristina Uaska Hepp – (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Prof<sup>a</sup> Ms. Alexandra Silva dos Santos Furquin – (UFSM)**

---

**Prof<sup>a</sup> Ms. Clarice Zientarski – (UFSM)**

Santa Maria, 17 de setembro de 2011.

*Dedico à realização deste trabalho de conclusão do curso de pós-graduação a minha querida família.*

*Em especial a minha orientadora, pessoa esta maravilhosa, que sempre esteve apoiando e auxiliando-me em todos os momentos.*

*A vocês pessoas maravilhosas, desejo de coração muito amor, paz e felicidades.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço muito a Deus, a gratidão pelas vitórias e a oferta das lutas do amanhã, por tudo o que sou por tudo o que tenho e por estar aqui, me sinto feliz por ser uma pessoa confiante, firme, decidida e capaz.

Agradeço a realização deste trabalho, a minha orientadora que é sem sombra de dúvida uma pessoa maravilhosa, uma pessoa cheia de talentos e sabedoria que sempre me auxiliou na elaboração deste trabalho de conclusão do Curso de Pós-Graduação. A Você um forte e imenso abraço!

Agradeço a minha querida família que soube tolerar minhas ausências, compreendendo meus momentos de esforço e dedicação. Muito Obrigada, pois sei que a Família é a base sólida de cada ser Humano.

Termina-se um caminho e depara-se com outro: parasse, pensa-se. Muitos foram os obstáculos, as vitórias e, muitas ainda serão. Porém uma certeza: leva-se junto em cada momento desse passado e do futuro a força que temos.

Com muito carinho,

Ligia Graziela Althaus

*Nós somos culpados de muitos erros  
e de muitas faltas.*

*Mas nosso maior crime é abandonar  
as crianças.*

*Negligenciando a fonte da vida.*

*Muitas coisas de que nós precisamos  
podem esperar:*

*A criança não pode.*

*[...] Para ela não podemos responder  
“amanha”.*

*Seu nome é hoje.*

*Gabrielle Mistral – Poeta Chilena  
vencedora do Prêmio Nobel*

## **RESUMO**

Monografia de Especialização  
Programa de Pós-Graduação a Distância em Educação  
Universidade Federal de Santa Maria

### **GESTOR EDUCACIONAL: MEDIADOR DA INCLUSÃO**

Autora: Ligia Graziela Althaus  
Orientadora: Prof<sup>a</sup> Ms Izabel Cristina Uaska Hepp  
Tio Hugo, 17 de setembro de 2011.

Este trabalho de conclusão de curso apresenta como tema a inclusão. O problema investigado foi à experiência de atendimento em classe multisseriada ofertado aos alunos com necessidade especial da rede municipal de ensino no Município de Tio Hugo/RS, favorecendo a inclusão ou exclusão. O objetivo geral da pesquisa foi analisar a experiência de atendimento em classe multisseriada ofertado aos alunos com necessidade especial da rede municipal de ensino no município de Tio Hugo/RS. Teve como objetivos específicos: investigar a necessidade de formação específica para gestores e professores que trabalham com a educação inclusiva; refletir sobre a importância da inclusão educacional e os modelos de atendimento; apresentar e analisar a experiência da classe multisseriada, por meio de atividades e projetos que visam à educação inclusiva, analisando a importância dos gestores, professores, pais, alunos e comunidade escolar para que haja a inclusão. Partindo dos objetivos a educação inclusiva enfatiza a necessidade de integrar todas as crianças em escolas regulares, inclusive as crianças com necessidades especiais do Município de Tio Hugo/RS. A experiência foi colocada em prática devido ao despreparo das professoras de classes regulares. Pois, para trabalhar no processo de inclusão a escola conta com os trabalhos docentes de uma única professora, com formação técnica em educação especial e inclusão. Sendo que a mesma demonstra domínio em suas atividades. Verificou-se através do Projeto Político Pedagógico que muitas reuniões foram feitas com os pais dos alunos portadores de necessidades especiais. Verificando-se, portanto, que as crianças inseridas num processo de inclusão na classe multisseriada, estão motivadas e felizes, não havendo nenhum problema com os demais alunos da escola.

**Palavras Chaves:** Inclusão – Escola – Experiência- Integração - Direito

## **ABSTRACT**

Monograph of Specialization  
Program of After-Graduation in the distance in Education  
Federal University of Saint Maria

### **EDUCATIONAL MANAGEMENT: MEDIATOR OF INCLUSION**

Author: Ligia Graziela Althaus  
Person who orientates: Prof<sup>a</sup> Ms Izabel Cristina Uaska Hepp  
Uncle Hugo 17 of September of 2011.

This conclusion of course work has included the theme. The problem investigated was the experience of care in multigrade classes offered to students with special needs of municipal schools in the Municipality of Uncle Hugo / RS, favoring the inclusion or exclusion. The aim of the research was to analyze the service experience in multigrade classes offered to students with special needs of municipal schools in the municipality of Uncle Hugo / RS. Through specific objectives was to investigate the need for specific training for managers and teachers who work in inclusive education. Reflect on the importance of educational inclusion and models of care. Present and analyze the experience of multigrade classes, through activities and projects aimed at inclusive education, analyzing the importance of managers, teachers, parents, students and school community so that there is inclusion. Based on the goals inclusive education emphasizes the need to integrate into all children in regular schools, including children with special needs in the city of Uncle Hugo / RS. The experience was put into practice due to the unpreparedness of the teachers of regular classes. For the process to work the school has included the work of a single teacher teachers with technical training in special education and inclusion. Being that it shows in their field activities. Through the school's pedagogical Policy Project, it was through him that many meetings were held with parents of students with special needs. There are, therefore, that the children entered a process of inclusion in multigrade classes are motivated and happy and there was no problem with other students in the school.

Palavras – Chave: Inclusion - School - Experience-Integration - Right



## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>OBJETIVO GERAL.....</b>	<b>13</b>
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>15</b>
<b>1 FORMAÇÃO DE GESTORES E PROFESSORES PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA.....</b>	<b>15</b>
1.1 A formação do professor e a prática pedagógica .....	16
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>18</b>
<b>2 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA E DO PROFESSOR PARA A INCLUSÃO ESCOLAR .....</b>	<b>18</b>
2.1 A família.....	18
2.2 O professor.....	19
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>22</b>
<b>3 A INCLUSÃO E OS MODELOS DE ATENDIMENTO.....</b>	<b>22</b>
3.1 A inclusão nas políticas educacionais.....	22
3.2 A inclusão e a mudança no modo de pensar .....	23
3.3 A importância da inclusão educacional e os modelos de atendimento .....	25
3.3.1 Os modelos de atendimento/inclusão .....	26
3.3.1.1 Atendimento/inclusão em classe regular.....	27
3.3.1.2 Atendimento/inclusão em classe especializada .....	28
3.3.1.3 Atendimento/inclusão em classe multisseriada.....	29
3.3.1.4 Atendimento educacional especializado.....	30
<b>CAPÍTULO IV.....</b>	<b>32</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA: PROCEDIMENTOS PARA INVESTIGAR A EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO EM ESCOLAS MUNICIPAIS EM TIO HUGO/RS.....</b>	<b>32</b>
4.1 Definindo a pesquisa.....	32
4.1.1 Pesquisa Bibliográfica .....	32
4.1.2 Pesquisa documental.....	32
4.2 Contextualizando o local da pesquisa.....	33
<b>CAPÍTULO V.....</b>	<b>35</b>
<b>5 APRESENTANDO E ANALISANDO A EXPERIÊNCIA DE CLASSE MULTISSERIADA DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE TIO HUGO/RS .....</b>	<b>35</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>39</b>

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>42</b>
<b>SITES PESQUISADOS.....</b>	<b>44</b>

## INTRODUÇÃO

A gestão da Educação e a função social da escola são os temas mais frequentes no debate contemporâneo sobre Educação. Segundo Ferreira (2006, p. 11),

A educação é um processo tipicamente humano, que possui a especificidade de formar cidadãos por meio de conteúdos “não-materiais” que são as ideias, teorias e valores, conteúdos estes que vão influir decisivamente na vida de cada um.

A Gestão da Educação é responsável por garantir a qualidade educacional, entendida como processo de mediação no seio da prática social global, por se constituir no único mecanismo de humanização e de formação de cidadãos.

Conforme Saviani (1996 p. 120), os princípios da Educação que a Gestão assegura são: “Uma Educação comprometida com a sabedoria de viver em sociedade respeitando as diferenças, comprometida com a construção de um mundo mais justo e humano para todos, independentemente de raça, cor, credo ou opção de vida”.

A razão de ser da Gestão da Educação, mediada por seus gestores, ou seja, orientadores, pedagogos, pessoas estas responsáveis pela ação docente nas escolas, devem garantir a máxima qualidade do processo de formação humana – expresso no Projeto Político Pedagógico – que possibilitará o educando a crescer com os conteúdos do ensino – que são conteúdos de vida – e tornar-se mais humano. Segundo Ferreira (2006, p. 15),

É preciso construir a Gestão da Educação a partir de uma pedagogia da esperança formada pela tolerância, pelo respeito às diferenças, pela solidariedade. Uma pedagogia que nos ensina que ao desumanizar o outro. Desumanizamos a nós mesmos.

O Educador deve ser um gestor do ensino. Porque a escola é considerada um ambiente vivo, pois ela é vista como um fator de universalização da Educação. E o desenvolvimento do sujeito depende dos contextos que ele se integra. Aos professores, conscientes da responsabilidade que lhes compete na tomada de decisão, como gestores e decisores curriculares, são lhes exigido desenvolver competências nos seus alunos.

Neste contexto uma escola que pensa, que motiva que constrói, que inclui, construindo uma escola para todos, designa-se numa escola participativa, constituindo-se numa fonte de aprendizagens.

Este conceito de Escola para todos obriga a alargar a ação da escola, mobilizando e interagindo com todos os recursos disponíveis e considera que a inclusão como tomada de consciência da comunidade é também uma aceitação das diferenças e uma corresponsabilização para prevenir as necessidades de outros (SANTOS, 2007).

As atitudes e comportamentos assumidos por cada professor podem revelar um perfil reflexivo ou não, entendendo a profissão não apenas como vocação ou missão, mas como uma função social importante e decisiva na sociedade. O sistema inclusivo só poderá ter sucesso se houver um assumir de responsabilidades.

Para tanto, o princípio da inclusão é um processo educacional que busca atender a crianças especiais. A inclusão é um processo inacabado que ainda precisa ser frequentemente revisado (SÁ, 2006).

A relevância do tema inclusão escolar não se limita apenas à população dos alunos com necessidades educacionais especiais. Segundo Sá (2006, p. 119),

A inclusão educacional não é somente um fator que envolve essas pessoas, mas, também, as famílias, os professores e a comunidade, na medida em que visa construir uma sociedade mais justa e consequentemente mais humana. A convivência com a comunidade como um todo visa ampliar as oportunidades de trocas sociais, permitindo uma visão bem mais nítida do mundo. Quanto mais cedo for dada a oportunidade de familiaridade com grupos diferentes, melhores e mais rápidos se farão o processo de integração.

Durante muito tempo, só dirigiam-se para a Educação Especial, área responsável pela educação de pessoas portadoras de necessidades educacionais

especiais, aqueles profissionais ou estudantes que se interessavam pelo tema, pois os alunos especiais não frequentavam as escolas regulares.

Por isto este tema não era estudado. Mas o tempo passou tudo foi mudando, e com isso, alguns documentos surgiram para modificar a realidade educacional.

Um desses documentos, importantes na mudança do cenário da exclusão foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos, datado em 1948, este colaborou bastante para a formulação de novas reflexões sobre a inclusão.

Conforme Nilsson (2003 *apud* Serra 2006 p. 93) “O objetivo da Educação Especial é o de reduzir os obstáculos que impedem o individuo de desempenhar atividades e participar plenamente da sociedade”.

Muito se tem falado sobre o processo de inclusão, e quase sempre com a conotação de que inclusão e integração escolar seriam sinônimas. Na verdade, a integração insere o sujeito na escola, esperando uma adaptação deste ao ambiente escolar já estruturado, enquanto que a inclusão escolar implica redimensionar das estruturas físicas da escola, de atitudes e percepções dos educadores, adaptações curriculares.

Portanto, a inclusão significa o direito ao exercício da cidadania, promover a inclusão significa uma mudança de postura, uma quebra de paradigmas, em reformulação do sistema de ensino para a conquista de uma educação de qualidade, no qual o acesso, o atendimento adequado e a permanência sejam garantidos a todos os educandos, independente de suas diferenças e necessidades.

O ideal de vida pessoal e profissional deve orientar-se para, em cada momento, em cada gesto ou palavra, em cada oportunidade, fazer simplesmente o bem, movido pela esperança da construção de uma sociedade e de um mundo melhor, imprescindível para superarem as trevas da ausência de conhecimento e se assumirem posturas éticas e afetivas.

Desse modo, o problema que perpassou a referida investigação foi:

A experiência de atendimento em classe multisseriada ofertado aos alunos com necessidade especial da rede municipal de ensino no município de Tio Hugo/RS, favorece a inclusão ou exclusão?

## OBJETIVO GERAL

Analisar a experiência de atendimento em classe multisseriada ofertado aos alunos com necessidade especial da rede municipal de ensino no município de Tio Hugo/RS.

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Investigar a necessidade de formação específica para gestores e professores que trabalham com a educação inclusiva.
- b) Refletir sobre a importância da inclusão educacional e os modelos de atendimento.
- c) Apresentar e analisar a experiência da classe multisseriada, por meio de atividades e projetos que visam à educação inclusiva, analisando a importância dos gestores, professores, pais, alunos e comunidade escolar para que haja a inclusão.

Como autores para o referencial teórico destacamos Bessa (2006), Sá (2006) e Mittler (2003).

A metodologia usada foi por meio da pesquisa bibliográfica e documental, e a monografia foi dividida em três capítulos.

No **primeiro** capítulo foi realizado um estudo sobre a formação de gestores e professores para uma escola inclusiva, onde que inúmeros professores ainda não se sentem preparados no processo de inclusão dos alunos em escola regular de ensino. Tanto Gestores e Educadores tem um papel de extrema importância no ensino e aprendizagem dos alunos portadores de necessidades especiais em sala de aula. Pois, o educador deverá estar inserido no processo de inclusão através da busca de estratégias fundamentais proporcionando ao aluno possibilidades de participação, de aprendizagem e de socialização.

O **segundo** capítulo trata sobre a importância da família e do professor para a inclusão escolar. A inclusão não se faz apenas por meio do aluno e da escola. A família exerce um papel fundamental neste processo.

O **terceiro** capítulo trata sobre a importância da inclusão e os modelos de atendimento, pois, hoje se concentra não sobre a abertura dos modelos de inclusão, mas sim no atendimento das crianças portadoras de necessidades especiais, visando uma modificação nas práticas pedagógicas, voltadas a valorização e a socialização, num processo de inclusão e não de exclusão.

O **quarto** capítulo apresenta as considerações teóricas metodológicas da pesquisa, onde foi usada a pesquisa bibliográfica e a de campo. Sendo que para a coleta de dados foi realizada uma pesquisa documental através do Projeto político pedagógico da Escola.

O **quinto** capítulo é destinado à apresentação e análise da experiência de atendimento em classe multisseriada ofertado aos alunos com necessidades especiais da rede municipal de ensino no município de Tio Hugo/RS sob a luz do referencial teórico construído e dos dados coletados na pesquisa documental.

Logo, a relevância e justificativa desta proposta investigativa centram-se na tentativa de analisar e contribuir com o processo de inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais em classes regulares de ensino, contribuindo com a socialização por meio do ensino e aprendizado dos educandos.

E, finalizando o trabalho encontram-se as considerações finais e as referências bibliográficas.

## CAPÍTULO I

### 1 FORMAÇÃO DE GESTORES E PROFESSORES PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA

A preocupação de formar professores para uma escola inclusiva se encontra contemplada e reforçada no documento final de Cochabamba, que em seu artigo 3º fala da insubstituibilidade do professor com vista a “assegurar um aprendizado de qualidade na sala de aula”, indicando, ainda a necessidade de se repensar a formação dos professores, conforme expresso no documento.

Conforme o Documento de Cochabamba (2001, *apud* Sá 2006, p. 128),

A função e a formação docente necessitam ser repensadas com um enfoque sistêmico que integre a formação inicial com a continuada, a participação efetiva em projetos de aperfeiçoamento, a criação de grupos de trabalho docente nos centros educacionais e a pesquisa numa interação permanente.

Diante deste novo paradigma educacional, que traz novas personalidades para a escola, com uma riqueza de saberes a serem desvelados, é muito importante que a formação dos futuros profissionais dê conta de estratégias e alternativas capazes de instrumentalizá-los para o desenvolvimento de um trabalho profissional competente.

Sabemos, por outro lado, que paralela à competência, a prática do professor muitas vezes é limitada em relação à rotina da escola. Daí a necessidade de sedimentar conhecimento que facilitaram o desempenho profissional, em consonância com o plano pedagógico coletivo da escola.

Plano este que precisa dar conta das diversidades existentes atualmente, considerando que a Escola Inclusiva aposta em um currículo centrado no educando, como forma de ajudá-lo a superar suas dificuldades (SÁ, 2006).

Para Bueno (1999, p.162) é necessário capacitar dois tipos de professores, ou seja,

Professores do ensino regular com formação básica, incluindo formação para lidar com a diversidade, e professores especializados, que trabalhariam como equipe de atendimento e apoio. Se por um lado, a educação inclusiva exige que o professor do ensino regular adquira

formação para fazer frente a uma população que possui características peculiares, por outro, exige que o professor de educação especial amplie suas perspectivas, tradicionalmente centradas nessas características.

Neste sentido, a prática pedagógica é um elemento-chave na transformação da escola, estendendo essa possibilidade de transformação à sociedade. Em função do tema da diversidade, as práticas pedagógicas têm caminhado no sentido da pedagogia das diferenças.

Na história da Educação Especial é possível observar dificuldades por parte dos professores e das equipes pedagógicas e administrativas, não só com relação à aceitação e à forma da compreensão dos fenômenos de comportamentos manifestos pelas crianças especiais, como também na falta de infraestrutura material e de pessoal qualificado para uma orientação e supervisão adequada.

A necessidade de recursos humanos devidamente capacitados para atuar em classes inclusivas implica não só o conhecimento sobre as especificidades da deficiência com a qual se vai trabalhar, mas também uma reflexão crítica acerca do sentido da educação e de suas finalidades (SERRA, 2006).

Assim, o modelo de escola inclusiva surge como uma forma mais direta de atuação das famílias e de outros elementos da comunidade escolar que em parceria social, e como coagentes educativos sob a responsabilidade dos professores, contribuirão para a qualidade das aprendizagens dos alunos.

A abertura à dimensão contextual e comunitária, no sentido da inclusão direta de vários colaboradores, em situações ecologicamente determinadas, remete para a identificação de algumas conclusões contextuais.

Nesta perspectiva, as instituições de ensino constituem-se hoje como unidades de mudança. Por isso, as escolas têm de evoluir para comunidades de ensino e aprendizagem através de modos de trabalho diversificado, partilhado, colaborativo e corresponsabilizado.

### **1.1 A formação do professor e a prática pedagógica**

Para muitos professores, a inclusão é vista como uma prática positiva tanto para o aluno portador de necessidades especiais, quanto para os outros alunos.



Esses professores relatam que não existe nenhuma interferência negativa desse aluno no desenrolar de suas aulas.

A solidariedade e aceitação são valores importantes na relação humana. É importante que a escola incentive esse sentimento solidário, pois, desta forma, estará contribuindo para uma sociedade melhor, com igualdade e justiça para todos. A presença do aluno portador de deficiências favorece a oportunidade de gerar, em sala de aula, este tipo de postura diante da vida.

Segundo Sá (2006, p. 121) “ainda há muitos professores que dizem existir problemas na inclusão desses alunos, enfatizando-se dois tipos de problema: Os estruturais e os causados pelas peculiaridades dos alunos”.

Verifica-se, também, que de todo os professores muitos deles ainda não haviam trabalhado nenhum tema referente a pessoas portadoras de deficiência em sala de aula, evidenciando-se, com isso, a falta de naturalidade para tratar da questão.

Este é um fato que devemos nos preocupar, na medida em que causa prejuízo não só à inclusão, mas no momento que é falado e fica no domínio do juízo consensual.

Na Escola Municipal de Ensino Fundamental Reinoldo Born, localizada no Município de Tio Hugo/RS, a experiência realizada através da Secretaria Municipal de Educação com os alunos especiais verificou-se que muitos educadores não se sentem seguros no processo de inclusão. Há apenas uma única professora com Magistério e formação técnica em educação especial e inclusão. Esta professora realiza os trabalhos docentes com segurança, devido à grande paixão desta para com os alunos especiais. Preocupando-se extremamente com o aprendizado dos educandos portadores de necessidades especiais, demonstrando domínio e interesse em favor de seus educandos, na realização das práticas de ensino, voltadas para a socialização dos mesmos, na busca de estratégias para o ensino e aprendizado das crianças em sala de aula.

## **CAPÍTULO II**

### **2 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA E DO PROFESSOR PARA A INCLUSÃO ESCOLAR**

#### **2.1 A família**

A inclusão não se faz somente por meio do aluno e da escola. A família tem um papel muito importante neste processo. Os sentimentos da família sobre a deficiência de seus filhos são cíclicos e podem transitar entre a aceitação e a negação, especialmente nas mudanças de fases da criança.

Por exemplo, quando o filho entra na adolescência, é comum os pais o compararem com os demais jovens e, na maioria das vezes, o resultado desta comparação é negativo, considerando sempre o que ele não é capaz de fazer e, muitas vezes, desconsiderando o quanto já evoluiu.

Segundo Glat e Duque, (2003, p. 46) “A família se constitui, no fator determinante para a denotação e manutenção ou, ao contrário, para o impedimento do processo de integração”.

A escola também pode colaborar dando sugestões aos familiares de como eles podem agir em casa, de maneira que se tornem co-autores do processo de inclusão de seus filhos. Esta relação de afetividade entre a escola e a família da criança é de fundamental importância, pois em muitos casos as estratégias educacionais que são desenvolvidas em sala de aula não têm uma continuidade dentro de casa.

A relação da escola-comunidade exige mudanças na relação entre os professores e os alunos e estas são concomitantes entre os professores e no seu modo de trabalho.

Tem-se vindo a defender que os ideais democráticos são coerentes com as dinâmicas de intervenções sociais, de processos colaborativos e tomados de decisão partilhada com a comunidade escolar (GLAT; DUQUE, 2003).

A relação escola, família e comunidade numa perspectiva ecológica e de inclusão, pelo que será importante refletir sobre a forma de recolocar o lugar daquela relação na construção de uma escola e de uma sociedade mais democrática e mais humanizada.

## **2.2 O professor**

É no relacionamento entre professores e alunos que podemos observar os fatores condicionantes e condicionados influenciando na qualidade e no tipo de aprendizagem que estará sendo estabelecida e aplicada por meio da diferenciação de vários fatores.

Segundo Novaes (1982, p. 57) “na relação professor-aluno provavelmente os condicionamentos anteriores, experiências passadas afetarão naturalmente, tal relacionamento, que terá características de intensidade, de duração e de profundidade diversas”.

Essa relação só conseguirá ser de qualidade dependendo do que ambas as partes querem compartilhar, trabalhar e construir nesta vivência, que muitas vezes passa não ser só escolar.

Para os educandos com necessidades especiais, nos quais o sentimento de afetividade, de atenção, de socialização, necessita sentirem-se incluídos do processo ensino e aprendizagem, construindo-se como cidadãos, homens, mulheres e adolescentes, o educador tem um papel social importante de reflexo de atitudes, pois através delas é que variarão os relacionamentos de acordo com as circunstâncias afetivas.

Na verdade, muitos desses comportamentos serão eficazes ou não por meio da adequação de tais relacionamentos entre professor-aluno.

É imprescindível que o professor escolha qual é o seu papel nessa relação, se é estritamente o de transmitir informações e conhecimentos, se é o de considerar o aluno e ter uma postura de quem pode também aprender, além de ensinar, existindo assim uma maior aproximação entre ambas as partes, ou se é o de

detentor do saber, mantendo os alunos distantes, numa posição autoritária construindo um sentimento de superior para inferior (BESSA, 2006).

Skinner (1953, *apud* Bessa 2006, p. 191) “em qualquer tipo de metodologia o educando terá que se condicionar por meio de estímulos dados a ele para que possa haver um trabalho em prol do aprendizado e da construção do saber, ou do que o educador na maioria das vezes considera como ”construção do saber”. Segundo Bessa (2006, p. 191),

Esse tipo de escolha de relacionamento está ligado também a outros propósitos que vão desde a afirmação pessoal até a social e institucional, ou seja, o uso de uma determinada metodologia em detrimento da outra tem tanto significados psicológicos quanto afirmações profissionais ou significados socioculturais que são claramente percebidos quando utilizados.

Conforme relata Novaes (1982, p.58),

Contextos socioculturais que considerem a importância da sua figura criadora, como agente de qualidade e de formação de Recursos Humanos dará um significado diferente de outras que o desprezarem, não acreditando no seu papel e na própria relação, condicionando, por parte dos alunos, reações de indiferença e alienação.

Deste modo, qualquer que seja o método de convívio escolhido pelo educador, entre ambas as partes haverá sempre um momento avaliativo: dos comportamentos e resultados e relações, pelo professor, e dos comportamentos e relações, pelos educandos.

Assim sendo, no processo de aprendizagem, para que o educador consiga lecionar, é necessário haver um nível mínimo de interesse do educando, da mesma forma, um aluno não conseguirá aprender sem a mínima atenção do educador.

Os dois estão testando a todo tempo, um verificando como atrair sua turma, sem excluir nenhum educando, como conseguir disciplina, o outro tentando não demonstrar os seus pontos vulneráveis, até que se consiga uma reciprocidade do processo adaptativo e que esse processo precise de apenas reforço e estímulos e as forças de aplicá-lo (BESSA, 2006).

Por isso, nenhum dos dois (nem professores, nem alunos) poderá ser considerado objeto técnico da Educação, mas sim devem ser entendidos como participantes de um envolvente movimento em prol da construção de uma dinâmica pedagógica capaz de cumprir com seu papel, a saber: ensinar os conteúdos formais de escolarização, estimular, integrar, socializar, incluir, etc.

Do contrário veremos ainda maior um crescimento de exclusão, tão recorrentes em muitas escolas brasileiras.

## CAPÍTULO III

### 3 A INCLUSÃO E OS MODELOS DE ATENDIMENTO

#### 3.1 A inclusão nas políticas educacionais

O objetivo da inclusão está atualmente no coração da política educacional e da política social.

A Denominada Educação Inclusiva nasceu nos Estados Unidos pelas mãos da Lei Pública 94.142 de 1975 e, hoje, já está na sua segunda década de implantação. Em todo o território desse país foram estabelecidos programas e projetos dedicados à Educação Inclusiva.

No Brasil, a partir do pronunciamento feito em 19 de novembro de 2003, por meio da assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação (MEC), durante o lançamento do programa de Educação Inclusiva e Direito à Diversidade, O Ministro da Educação da época, Sr. Cristovam Buarque afirmou que “as crianças portadoras de deficiências devem ser incluídas nas escolas tradicionais”.

Para o ministro, nenhuma criança pode ser excluída em função da cor, pele, raça, gênero ou por ser portadora de qualquer tipo de necessidade especial. De acordo com Sasaki (1997, *apud* Sá 2006, p. 93),

A abordagem ideal das instituições inclusivistas por meio de seus profissionais e colaboradores é considerar seus usuários como cidadãos com Direito à autonomia física e social maiores, independência para agir, tomar decisões e mais espaço para praticarem o engrandecimento do indivíduo.

A inclusão tem o amparo do princípio da igualdade defendido pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, aliado ao direito à educação constante no artigo 208.

Este artigo também prevê a possibilidade de nem todos os indivíduos se beneficiarem com a inclusão, ao preconizar que o atendimento educacional aos portadores de deficiência deve ser preferencialmente na rede regular de ensino (SÁ, 2006).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 assegurou que a criança deficiente física, sensorial e mental, pode e deve estudar em classes comuns.

Dispõe em seu artigo 58 que a educação escolar deve situar-se na rede regular de ensino e determina a existência, quando necessária de serviços e apoio especializado. Prevêem também recursos como classes, escolas ou serviços especializados quando não for possível a integração nas classes comuns (SÁ, 2006).

O artigo 59 contempla a adequada organização do trabalho pedagógico que os sistemas de ensino regular devem assegurar, a fim de atender as necessidades específicas, assim como professores preparados para o atendimento especializado ou para o ensino regular, capacitado para integrar os educandos portadores de necessidades especiais nas classes comuns (SÁ, 2006).

A qualidade do processo de inclusão está, portanto, diretamente relacionada com a estrutura organizacional da instituição.

No Referencial Curricular (BRASIL, 1998, v.1) verifica-se que a qualidade do processo envolve questões mais amplas implicadas às políticas públicas, às decisões orçamentárias, à implantação de Recursos Humanos, aos materiais adequados em termos de quantidade e qualidade e à adoção de medidas educacionais compatíveis em suas diferentes modalidades (SÁ, 2006).

Desta forma, defrontamo-nos com o problema das políticas públicas de educação que, só agora, começam a se ocupar da integração dos alunos portadores de deficiências no ensino regular.

Uma ação mais efetiva diante da inclusão ainda precisa ser construída pelos educadores, ou seja, toda a equipe de gestores educacionais.

### **3.2 A inclusão e a mudança no modo de pensar**

Embora seja difícil encontrar as definições oficiais, existem alguns pontos de partida úteis.

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas com um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todos os gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola.

Isto inclui o currículo coerente, a avaliação, os registros e relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos, as decisões que estão sendo tomadas sobre o agrupamento dos alunos nas escolas ou salas de aula, a pedagogia e as práticas de sala de aula, bem como as oportunidades de esporte, lazer e recreação. Conforme relata Mittler (2003, p. 25),

O objetivo de tal forma é garantir o acesso e a participação de todas as crianças em todas as possibilidades de oportunidades oferecidas pela escola e impedir a segregação e o isolamento. Essa política foi planejada para beneficiar todos os alunos, incluindo aqueles pertencentes a minorias linguísticas e étnicas, aqueles com deficiência ou dificuldades de aprendizagem, aqueles que se ausentam constantemente das aulas e aqueles que estão sob o risco de exclusão.

O conceito de inclusão envolve um repensar radical da política e da prática e reflete um jeito de pensar fundamentalmente diferente sobre as origens de aprendizagem e as dificuldades de comportamento.

Em termos formais, estamos falando sobre uma mudança da ideia de “defeito” para um “modelo social”. Por muitos anos, os referidos têm sido amplamente discutidos por escritores e ativistas no campo da deficiência de adultos, mas raras vezes têm sido aplicados de modo direto à educação, apesar da proximidade e das similaridades dos dois campos.

É importante impedir a polarização desses modelos, uma vez que eles são mutuamente incompatíveis, porque precisamos pensá-los em um estado de interação complexa e constante. Não há razão para que um modelo centrado na criança deva necessariamente ser incompatível com um modelo social e ambiental.

É claro que sua cooperação e sua coexistência devem acontecer com vistas ao que é melhor para o interesse da criança.

Um defeito ou um modelo centrado na criança é baseado na ideia de que as origens das dificuldades de aprendizagem estão na sua maioria localizadas nela.



De acordo com esse ponto de vista, Mittler (2003) destaca que, a fim de ajudar a criança, precisamos conhecer tanto quanto for possível a natureza das suas dificuldades por meio de avaliações globais dos seus pontos fracos e fortes para fazer um diagnóstico, quando possível, e para planejar um programa de intervenção e apoio baseado em tal análise.

Nesse caso, não se assume que a escola precisa mudar de qualquer forma pra acomodar uma criança em particular ou para responder a uma maior gama de diversidade na população estudantil.

### **3.3 A importância da inclusão educacional e os modelos de atendimento**

Entre os diversos motivos relevantes da inclusão educacional da pessoa portadora de deficiência, destacam-se os princípios de justiça e igualdade, pois todos têm o direito à oportunidade de acesso à educação, nas mesmas condições.

Segundo Sá (2006, p. 119) a Educação Inclusiva têm sua história influenciada por dois marcos importantes.

O primeiro marco deu-se em março de 1990, quando foi realizada em Jomtien, na Tailândia, a Conferência Mundial de Educação para todos, com proposta da Cepal/UNESCO: - Educação e Conhecimento, onde o objetivo foi examinar o encaminhamento e enfrentamento da exclusão escolar. O segundo marco deu-se no ano de 1994, na ocasião em que se realizou uma conferência na Espanha, em Salamanca, onde foi elaborado um documento denominado Declaração de Salamanca sobre as necessidades educativas especiais: acesso e qualidade. Tal documento enfatiza, entre outras questões, o desenvolvimento de uma orientação escolar inclusiva.

Além de contribuir para a socialização de alunos portadores de necessidades educacionais especiais, a Educação Inclusiva favorece a um melhor desenvolvimento físico e psíquico dos mesmos, beneficiando também os demais alunos que aprendem a adquirir atitudes de respeito e compreensão pelas diferenças, além de receberem uma metodologia de ensino individualizada e disporem de maiores recursos.

### 3.3.1 Os modelos de atendimento/inclusão

Este novo paradigma educacional procura fazer com que todos os alunos portadores de deficiência, independentemente do comprometimento, tenham acesso à educação de qualidade, prioritariamente, na rede regular de ensino, procurando a melhor forma de desenvolver suas capacidades.

Norteiam a Educação Inclusiva os seguintes objetivos:

- a) Atender portadores de deficiência em escolas próximas de suas residências.
- b) Ampliar o acesso desses alunos nas classes comuns.
- c) Favorecer uma aprendizagem na qual as crianças possam adquirir conhecimentos juntos, porém, tendo objetivos e processos diferentes.
- d) Fornecer capacitação aos professores propiciando um atendimento de qualidade.
- e) Desenvolver no professor a capacidade de usar formas criativas com alunos portadores de deficiência, a fim de que a aprendizagem se concretize.

Os modelos de inclusão procuram romper com crenças cristalizadas pelo paradigma que o antecedeu, o da integração, que era baseado em um modelo médio, onde a deficiência deveria ser superada para que o aluno chegasse o mais perto possível do parâmetro normal, vendo os distúrbios e as dificuldades como disfunções, anomalias e patologias (SÁ, 2006).

Este tipo de visão tinha preceitos que, durante muito tempo, segregaram as diferenças, norteando-se pelo princípio da normalização, que privilegiavam aqueles alunos que estivessem preparados para se inserirem no ensino regular, ou seja, a tese defendida era a que quanto mais próximo da normalidade, mais apto o aluno está para frequentar o ensino regular (SÁ, 2006).

Portanto, a inclusão busca derrubar este tipo de visão, defendendo a ideia de que o ensino se constrói na pluralidade e na certeza de que os alunos não são, em qualquer circunstância, capazes de construir sozinho seu conhecimento de mundo.

O processo de aprendizagem se funde na interação, a partir da qual desenvolve uma forma humana e significativa de perceber o meio (SÁ, 2006, p.120).

### 3.3.1.1 Atendimento/inclusão em classe regular

A partir da década de 1960, em diferentes países foi iniciada a formação de um movimento de opinião favorável à integração escolar dos alunos com deficiência nas classes regulares, de modo a oferecer para estes alunos condições educacionais satisfatórias.

Segundo Mendes (2006, *apud* Silva, p. 52) “Nessa época, razões morais, lógicas, científicas, políticas, econômicas e legais, serviram como base para a unificação da educação especial, que até então se configurava como um sistema paralelo, com o sistema educacional geral”.

No que diz respeito às razões morais, os movimentos sociais que tinham como objetivo a luta pelos direitos humanos conscientizaram e sensibilizaram em parte a sociedade para o quanto a segregação e a marginalização de grupos minoritários poderiam ser prejudiciais.

As razões lógicas estavam relacionadas com os benefícios que as práticas de integração poderiam trazer para todos os alunos, com e sem deficiência. Entre as razões científicas, estão argumentos científicos oriundos de evidências apontados por pesquisas da área da educação.

Relacionadas com as razões políticas, Silva (2010, p. 53) aponta ações políticas de grupos compostos pelas pessoas com deficiência, pais e profissionais, que, organizados em movimentos, lutaram pela garantia dos direitos dos indivíduos com deficiência. Além disso, fatores econômicos também podem ser apontados, já que, em um período de crise mundial os programas segregados representavam um custo elevado para o governo e a integração surge como alternativa conveniente e mais econômica.

Dessa forma, no Brasil, assim como em diferentes países, dispositivos legais começam a ser aprovados garantindo para a pessoa com deficiência tem o direito de frequentar as classes comuns das escolas regulares.

De acordo com Marchesi e Martín (1995, *apud* SILVA, 2010, p. 55) tais objeções foram expressas pelos que duvidavam da contribuição que a integração

poderia proporcionar para o desenvolvimento dos alunos com deficiência, favorecendo igualmente a evolução acadêmica e social dos demais alunos.

Isso quer dizer que a questão não se resumia a decidir se o aluno com deficiência deveria estudar nas classes comuns da escola regular ou não, já que o modelo pressupõe que os diferentes serviços educacionais direcionados ao aluno com deficiência deveriam ser mantidos, sendo que o mais adequado para atender as necessidades de cada estudante deveria ser selecionado.

Segundo Mendes (2006, *apud* SILVA, 2010, p. 56) “o serviço educacional mais adequado seria aquele que melhor favorecesse o desenvolvimento de determinado aluno, em determinado momento e contexto”.

Muito se tem falado no atendimento de crianças portadoras de necessidades especiais em classes regulares, poucas escolas conseguem elaborar o seu Projeto Político Pedagógico, considerando que o conceito e as observações técnicas não foram, ainda, devidamente absorvidos pelo professorado.

Neste momento em que se discute a Escola Inclusiva, é urgente que se organize a Escola em prol deste projeto, a fim de buscar a sustentação política e pedagógica das ações que serão desenvolvidas na consecução de implantar a Escola Inclusiva.

O Projeto Político Pedagógico é um planejamento coletivo, com a participação de todos os envolvidos no processo educacional – docentes, funcionários, alunos e pais, com vista a torná-lo compatível com os anseios da comunidade escolar.

### 3.3.1.2 Atendimento/inclusão em classe especializada

O período da história da educação especial no Brasil conhecido como o período de institucionalização, é caracterizado, segundo Aranha (2005, *apud* SILVA, 2010, p. 32) “pela retirada das pessoas com deficiência de suas comunidades de origem e pela manutenção delas em instituições residenciais segregadas ou escolas especiais, frequentemente situadas em localidades distantes de suas famílias”.

Na década de 1930, segundo Mazzotta (2005, *apud* SILVA, 2010, p. 32) “começaram a ser organizadas pela sociedade associações de pessoas envolvidas com a questão da deficiência”. Paralelamente, foram observadas ações

governamentais visando à criação de instituições para atender às necessidades das pessoas com deficiência. Dessa forma, foram criadas escolas anexas aos hospitais e ao ensino regular.

Além disso, instituições filantrópicas continuavam sendo fundadas e, principalmente institutos pedagógicos e centros de reabilitação, geralmente particulares. Muitas instituições foram criadas, grande parte delas existe até os dias de hoje exercendo o importante papel na prestação de serviço em educação especial.

O primeiro atendimento as pessoas com deficiência física no Brasil foi realizado na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, em uma classe especial anexa ao hospital (SILVA, 2010).

Com o passar dos anos houve um grande aumento na demanda segundo Mazzotta (2005, *apud* SILVA, 2010, p. 33) “Dez classes especiais funcionavam no hospital central da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo”.

No que diz respeito às pessoas com deficiência, segundo Mazzotta (2005, *apud* SILVA, 2010 p. 33) destaca duas instituições reconhecidas em todo o Brasil, e atualmente possuem um importante papel no atendimento especializado aos alunos com necessidades especiais: a Sociedade Pestalozzi e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), onde que a primeira APAE, foi fundada em 1954 na cidade do Rio de Janeiro. Atualmente existem, no país, APAES em mais de mil e quinhentos municípios, o que torna essa instituição o maior movimento comunitário do mundo.

Portanto, a escola especial assume um papel importante como agente integrador do aluno pela via do conhecimento, não devendo ocupar uma posição hierárquica inferior à da escola regular no que se refere à qualidade da prática pedagógica.

### 3.3.1.3 Atendimento/inclusão em classe multisseriada

Segundo Wikipédia (2011), as classes multisseriadas caracterizam um fenômeno recorrente no sistema educacional brasileiro. Nestas classes, alunos de idades e níveis educacionais diversos são instruídos por um mesmo professor.

As classes multisseriadas ocorrem em regiões notadamente rurais onde a escassez de professores, alunos ou recursos inviabiliza a existência de uma escola moderna típica, com alunos distribuídos por classes conforme a idade e atendidos por um ou mais professores específicos.

O tipo de ensino proporcionado pelas classes multisseriadas, têm sido, ao longo da história, considerada distante do ideal, sendo atualmente alvo de várias abordagens teóricas e práticas que tentam levantar os problemas deste sistema tanto do ponto de vista do aluno, quanto do professor, visando encontrar alternativas ou rotas de melhorias em relação a este formato (Wikipédia, 2011).

#### 3.3.1.4 Atendimento educacional especializado

O atendimento educacional especializado (AEE) é um serviço da educação especial destinado aos alunos com deficiência física, sensorial e mental, tendo em vista criar condições favoráveis de acesso aos conteúdos escolares e ao conhecimento em geral.

Este atendimento constitui uma alternativa disponível no âmbito do sistema escolar, sendo considerado um direito a ser usufruído pelo aluno que dele necessita e não uma imposição ou condição obrigatória para o acesso e a permanência destes alunos na escola.

De acordo com as políticas do Ministério da Educação (2008),

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substituídas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (MEC/SEESP, 2008).

Nesta perspectiva, os alunos com necessidades especiais tais como os cegos ou com baixa visão, inseridos em escolas de ensino regular, podem contar com esta modalidade de atendimento como complemento de sua formação escolar, pois têm necessidades específicas não apenas no que se refere aos conteúdos escolares e às situações de aprendizagem (REVISTA INCLUSÃO, 2010).

Estes alunos necessitam desenvolver um conjunto de habilidade e competências para a execução de tarefas corriqueiras ou de rotina que dependam do uso eficiente do resíduo visual e dos sentidos remanescentes, o que justifica o atendimento complementar, organizado e realizado em outro espaço, fora da sala de aula, do ensino regular, por um profissional do magistério com formação e competência na área da deficiência visual.

O Decreto nº. 6.571 de setembro do ano de 2008, estabelece que o Ministério da Educação preste apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos para a implantação de salas de recursos multifuncionais e para o desenvolvimento de ações de formação e expansão do atendimento educacional especializado.

As salas de recursos multifuncionais são definidas no artigo 3º, inciso 1º, do referido decreto: As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotadas de equipamentos mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado (REVISTA INCLUSÃO, 2010).

## **CAPÍTULO IV**

### **4 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA: PROCEDIMENTOS PARA INVESTIGAR A EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO EM ESCOLAS MUNICIPAIS EM TIO HUGO/RS**

#### **4.1 Definindo a pesquisa**

Esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa. Segundo Tozoni-Reis (2006 p. 10) “A pesquisa qualitativa defende a ideia que, na produção de conhecimentos sobre os fenômenos humanos e sociais, nos interessa muito mais compreender seus conteúdos do que descrevê-los, explicá-los”.

A pesquisa em educação, assim como a pesquisa em outras áreas das ciências humanas e sociais, é essencialmente qualitativa.

##### **4.1.1 Pesquisa Bibliográfica**

Na pesquisa bibliográfica, embora seja uma modalidade muito particular de pesquisa, não vamos “ouvir” entrevistados nem observar situações vividas, mas “ouvir” conversar e debater com os autores através de seus escritos.

Conforme Tozoni-Reis (2006, p. 29) “A pesquisa bibliográfica, tem como principal características o fato de que a fonte dos dados, o campo onde será feita a coleta dos dados, é a bibliografia especializada”.

Isso significa dizer que toda a modalidade de pesquisa exige uma revisão bibliográfica especializada, mas somente pesquisa bibliográfica, tem como o campo de coleta de dados a bibliografia.

##### **4.1.2 Pesquisa documental**

A pesquisa documental tem como principal característica o fato de que a fonte dos dados, o campo onde se procederá a coleta dos dados, é um documento (histórico, institucional, associativo, oficial etc.).



Isso significa dizer que a busca de informações (dados) sobre os fenômenos investigados é realizado nos documentos, que exigem, para a produção de conhecimentos, uma análise documental. Conforme Tozoni-Reis (2006, p. 34):

A pesquisa documental em educação é, portanto, uma “visita” que o pesquisador faz a documentos que tenham significado para organização da educação ou do ensino com objetivo de empreender uma análise, em geral crítica, das propostas em questão.

## **4.2 Contextualizando o local da pesquisa**

O Município de Tio Hugo localiza-se ao Norte do Estado, no Planalto Rio Grandense, na Micro-região Colonial do Alto Jacuí. Tem uma área de 111,40 km<sup>2</sup>. A sede do Município está localizada no entroncamento rodoviário formado entre a BR-386, RS-153 e RS-223.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Reinoldo Born foi criada pelo decreto estadual de criação nº 12.241 de 30/03/1961, denominada Escola Rural de Polígono do Erval, decreto estadual de reclassificação nº 19.818 de 13/08/1969, portaria de designação e denominação nº 11.052 de 28/04/1982, denominação Escola Estadual de 1º grau Incompleto Reinoldo Born, portaria de alteração e designação nº 00051 de 22/02/2001 denominação Escola Estadual de Ensino Fundamental Reinoldo Born, atualmente denominada Escola Municipal de Ensino Fundamental Reinoldo Born, Entidade Mantenedora: Prefeitura Municipal de Tio Hugo, Decreto de Criação: Nº: 1241 e 1961 Reclassificadas pelo decreto nº 19818 de 13/08/1969 Port. de Reorg: Nº: 125/06 Data: 11/07/2006 D. Oficial: 11/07/2006.

Localizada no perímetro urbano, atende crianças de todas as comunidades do município, pois hoje está sendo oferecido nesta escola o 5º ano do ensino fundamental de nove anos, e essa turma multisseriada.

Na turma do 5º ano tem 20 alunos, e na multisseriada 6 alunos. Essa escola tem 4 professoras, 1 secretária e 2 funcionárias. Dessas professoras duas trabalham com a turma multisseriada, uma é a titular e a outra faz uma vez por semana substituição. A professora titular é formada em nível médio magistério e tem um curso em educação especial.

## Segundo a Filosofia da Escola:

“pretende desenvolver a pessoa em sua totalidade, nos seus aspectos físicos, intelectuais, sociais, psicológicos e cognitivos, garantindo e considerando a pluralidade cultural e a interação- experiência direta do educando com o meio a ser conhecido como ponto fundamental na organização e fundamentação da educação, sendo esta a condição de possibilidade da práxis pedagógica. O respeito às diversidades culturais, étnicas, religiosas, sociais, sexuais e físicas, bem como a formação de um sujeito consciente e crítico, capaz de agir para a transformação do meio em que vive e interage, através do conhecimento construído.” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2009)

A escola busca a participação efetiva de sua comunidade escolar, fazendo com que os pais sempre acompanhem e participem das decisões a serem tomadas. Por ser uma escola com poucos alunos percebemos a participação de alguns pais, quase todos nossos alunos são do interior, e a escola por estar localizada na zona urbana é de fácil acesso, mas ainda percebemos o distanciamento e a falta de comprometimento de alguns pais em relação ao aprendizado de seus filhos.

A escola procura sempre estar informando e avisando os pais sobre o seu funcionamento.

## **CAPÍTULO V**

### **5 APRESENTANDO E ANALISANDO A EXPERIÊNCIA DE CLASSE MULTISSERIADA DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE TIO HUGO/RS**

Na Escola Municipal de Ensino Fundamental Reinoldo Born, localizada no Município de Tio Hugo/RS, há algumas crianças com necessidades especiais, em classe regular em turma multisseriada

Segundo o Projeto Político Pedagógico (2009) da Escola Municipal de Ensino Fundamental Reinoldo Born, o mesmo enfatiza sobre a importância do processo de inclusão. Destaca que para dar início ao processo de inclusão foram feitas diversas reuniões com os pais dos alunos, para averiguar a importância que cada família dava a ação de inclusão em classes regulares.

Diante disso, alguns pais relataram perceber que seu filho se isolava na turma, não tendo o rendimento desejado. A mesma situação foi relatada pelos professores: “não conseguimos fazer realmente a inclusão, e conseqüentemente o não atendimento necessário a esse aluno”. (Relato Professora, Ata reunião de Pais, 2010) Percebia-se que os professores não estavam preparados, os mesmos apresentavam muitas dificuldades de fazer a inclusão.

Os professores apresentavam diversas dúvidas, isto é, o que trabalhar? Como trabalhar? Deparava-se com situações novas em seu cotidiano escolar. Viam a necessidade de se redefinir e de se colocar em ação as novas práticas pedagógicas, que favorecesse a todos os alunos.

Assim sendo, os gestores educacionais da escola expuseram suas ideias, isto é, se os alunos frequentassem uma classe multisseriada, contribuiria positivamente com o ensino e aprendizado de cada educando.

Desse modo, a Secretaria de Educação do Município tomou a decisão junto aos pais e gestores de implantar a experiência da classe multisseriada devido ao despreparo dos professores da rede municipal, e que também essas crianças

tivessem uma melhor oportunidade de se expressar, aprender, desenvolver suas potencialidades. E também para garantir seus direitos como seres humanos.

Esse é o primeiro ano que a rede municipal de ensino de Tio Hugo oferece essa modalidade, da qual fazem parte três alunos especiais, os mesmos estavam em diferentes escolas da rede e em turmas diferentes, mas com as mesmas necessidades de aprendizagem.

Uma educanda é deficiente visual (cegueira) e duas com problemas intelectuais. Sendo que mais dois educandos foram encaminhados para avaliação, por demonstrarem retrocesso cognitivo.

Segundo relato da professora que tem apenas a formação no Magistério, esses alunos se encontram em processo de alfabetização, onde são muito curiosos e também afetuosos.

A escola procura desenvolver as potencialidades de cada um, respeitando sempre as limitações individuais. A aluna com cegueira é a que tem mais dificuldades, pois não aceita aprender o BRAILLE<sup>1</sup>. É aluna da escola há três anos e quando chegou era muito agitada e pedia para não apanhar nas mãos.

Trabalha-se com ela o reconhecimento de objetos, atividades motoras. A mesma gosta muito de música e tem um olfato muito apurado. Procura-se trabalhar o que ela mais gosta porque é bem agitada e sempre fica muito ansiosa.

Os demais estão em processo de alfabetização. Um dia conseguem reconhecer algumas letras, em outros já estão confusos. Realizam-se muitas atividades lúdicas, utilizando material concreto, pois assim, conseguem fazer assimilações e acabam tendo uma compreensão melhor.

Muitas vezes a professora sente dificuldades, pois trabalha a mesma atividade de forma individual com cada um e às vezes eles estão agitados. Contam muitas coisas de suas famílias e não querem fazer nada. Segundo a professora, isso às vezes a deixa frustrada, pois a família não demonstra a atenção necessária ao desenvolvimento intelectual deles.

Segundo a direção da escola, esses alunos neste ano, nesta turma multisseriada apresentaram um avanço em seu aprendizado e na sua socialização

---

1 BRAILLE- é um sistema de leitura com o tato para pessoas com cegueira, inventado pelo francês Louis Braille, no ano de 1827 em Paris.

na escola, demonstram que se adaptaram melhor nessa turma e estão conseguindo melhorar gradativamente suas limitações.

Além disso, essa turma está em uma escola que tem mais uma turma de 5º ano do ensino fundamental, o relacionamento dos alunos de modo geral em atividades, e no momento do recreio é normal, pois não existe nenhum tipo de discriminação ou isolamento por parte dos mesmos.

Hoje se percebe que os educandos estão mais felizes, estão dispostos a aprender, não se excluem dos demais e respeitando as limitações.

Portanto, a escola procurou promover um espaço onde estes alunos se sentissem realmente acolhidos e inclusos, respeitando sempre seus direitos e sua individualidade.

Conforme a Declaração de Salamanca (1994, p. 05), “Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao desfrute e exercício dos direitos humanos”, isso demonstra que devemos promover a equalização de oportunidades.

Uma das mudanças mais importantes na organização pedagógica das escolas é para que elaborem com autonomia e de forma participativa o seu Projeto Político Pedagógico, permitindo a inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais, fazendo com que todas as famílias dos alunos especiais façam parte da escola, contribuindo para que a escola possa oferecer um ensino e aprendizado ao educando de forma mais segura.

Pois, sem que a escola conheça os seus alunos, não será possível elaborar um currículo escolar adaptado que reflita a realidade em que estão inseridos.

Conforme Stainback (1999, p 22.) “quando se existem programas adequados, à inclusão funciona para todos os alunos com deficiências ou não, em termos de atitudes positivas, mutuamente desenvolvidas, de ganhos nas habilidades acadêmicas e sociais e de preparação para a vida na comunidade”.

Devemos mudar a nossa maneira de pensar, para que a sociedade ou comunidade escolar comece a valorizá-los, enquanto isto não acontece, não podemos dizer que somos uma sociedade inclusiva.

Cabe a nós, gestores e professores como agentes de mudança, ter em mente a responsabilidade social para a inclusão. Sabemos que é uma tarefa difícil, um desafio, mas é um direito de todo cidadão e somos nós que devemos encarar

isto de frente, trabalhando em equipe e estarmos preparados para as mudanças.  
Trabalhando com comprometimento proporcionando a emancipação dos indivíduos

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao considerarmos este trabalho, partimos da palavra viver, pois quando falamos em viver, estamos preocupados com o sentido pleno do significado da palavra viver, que significa: conviver, compartilhar, desfrutar, participar, relacionar, interagir, trocar, etc. Sabemos que essas vivências continuam sendo, senão negadas, ainda dificultadas para um número significativo de crianças, jovens e adultos com necessidades especiais.

A inclusão e a participação são essenciais para a dignidade humana e para o exercício dos Direitos Humanos, onde ainda milhões deles são violados. A inclusão é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade.

A ideia de uma sociedade inclusiva se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, como característica inerente à constituição de qualquer sociedade.

Partindo desse princípio e tendo como horizonte o cenário ético dos Direitos Humanos, sinalizando a necessidade de garantir o acesso e a participação de todos, a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo.

A educação inclusiva é, no momento, um enorme desafio para o nosso sistema educacional, ela representa um novo caminho que está sendo construído por tantas e tantas pessoas que sonham com uma sociedade justa, solidária e pronta para garantir os direitos de todas as pessoas que nela vivem.

Por meio deste trabalho no qual consegui responder ao meu problema de pesquisa proposto que perpassou a referida investigação, onde que a experiência de atendimento em classe multisseriada ofertado aos alunos com necessidade especial da rede municipal de ensino no município de Tio Hugo/RS, favorece a inclusão.

Por meio do objetivo geral: Analisar a experiência de atendimento em classe multisseriada ofertado aos alunos com necessidade especial da rede municipal de ensino no município de Tio Hugo/RS.

Sendo que os objetivos específicos: Investigar a necessidade de formação específica para gestores e professores que trabalham com a educação inclusiva; Refletir sobre a importância da inclusão educacional e os modelos de atendimento, e apresentar e analisar a experiência da classe multisseriada, por meio de atividades e projetos que visam à educação inclusiva, analisando a importância dos gestores, professores, pais, alunos e comunidade escolar para que haja a inclusão.

Atingindo de forma plena aos meus objetivos tanto o geral quanto aos específicos.

Segundo relatos dos pais dos alunos portadores de necessidades especiais, muitos alunos antes de frequentarem a classe multisseriada sentiam-se excluídos do processo ensino e aprendizagem, desmotivados e desvalorizados pela sociedade.

Apesar de alguns poderem achar que a prática da inclusão irá atrapalhar a educação dos demais alunos ela, na verdade, poderá trazer um ganho muito grande para esses alunos. Acontece que a inclusão traz para a sala de aula o respeito pelo diferente, obrigando os professores a pensarem no ritmo de cada aluno possui, traz, inclusive a necessidade, principalmente, de se repensar o processo de avaliação, o que é muito bom, pois a maneira como ela é realizada hoje não é adequada.

O tipo de ensino proporcionado pelas classes multisseriadas, têm sido, ao longo da história considerada distante do ideal, sendo atualmente alvo de várias abordagens teóricas e práticas que tentam levantar os problemas deste sistema tanto do ponto de vista do aluno, quanto do professor, visando encontrar alternativas ou rotas de melhorias em relação a este formato (WIKIPÉDIA, 2011).

O professor deve ter conhecimento antes de qualquer tomada de decisão, é saber com quem vai trabalhar. Quem são estas crianças, estes jovens. O que sabem, como aprendem e como se socializam. Como é o ambiente no qual esta inserido, social e familiar.

Com base nisso é possível planejar as atividades escolares, em conjunto com os colegas e coordenação pedagógica. Realizado em colaboração, o planejamento detalhado torna-se o instrumento orientador das atividades de todo o período escolar.

Embora a experiência de classe multisseriada com alunos inclusos desenvolvida pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Reinoldo Born



localizada no município de Tio Hugo/RS seja recente, podemos avaliá-la como uma experiência positiva, pois, percebe-se que os alunos estão mais felizes nesse grupo e que também participam efetivamente das atividades propostas e das aulas planejadas.

A educação não acontece apenas através do ensino formal, muito mais do que isso, a educação acontece nas relações sociais e na prática social que as pessoas se educam.

Neste contexto, o professor não pode mais exercer a profissão apenas cumprindo determinações e repassando informações e conhecimentos, mas precisa buscar alternativas de interação entre o sujeito e o processo de ensinar e de aprender, no qual professor e aluno sejam sujeitos e agentes do processo vivenciado também na educação escolar.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, S. **Psicopedagogia: um portal para a inserção social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

BRASIL. Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/94, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. *Educação especial no Brasil*. Série institucional 2. Brasília: MEC/SEEP, 1994.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. *Política nacional de educação especial*. Livro 1. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva. **Inclusão**. Revista da educação especial. Brasília: MEC/SEESP, v.5, nº 1, 2010.

BESSA, Valéria da Hora. **Teorias da aprendizagem** – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2006.

BUENO, J. G. S. A educação inclusiva e as novas exigências para a formação de professores: algumas considerações. In: BICUDO, M.A.; SILVA, J. C. A. da (Orgs). **Formação do educador e avaliação educacional: formação inicial e continuada**. São Paulo: UNESP, 1999.

CHAMUSCA Lu. Por que e para que brincar de cantar na infância. In: **Congresso Internacional de Educação Infantil e Séries Iniciais**. Fortaleza: Futuro Congressos e Eventos, 2004.

DECLARAÇÃO de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais. Brasília: s.l., 1994.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão Educacional e Organização do Trabalho Pedagógico** / Naura Syria Carapeto Ferreira. – Curitiba: IESDE, 2006. P.78

GLAT, R.; DUQUE, M.A. **Convivendo com filhos especiais: O olhar paterno**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2003.

GUEBERT. Mirian Célia Castellain. **Inclusão uma realidade em discussão**. Editora IBPEX, Curitiba: 2007.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva**: Contextos sociais/Peter Mittler. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NILSSON, I. A educação de pessoas com desordens do espectro autístico e dificuldades semelhantes de aprendizagem. **Temas sobre desenvolvimento**, v. 12, n.68, p. 5-45, 2003.

NOVAES, Maria Helena. **Psicologia pedagógica**: o real, o possível, o necessário em educação. Rio de Janeiro: Achiamé/Angra, 1982.

**O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular** / Ministério Público Federal: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (organizadores) / 2ª ed. rev. e atualiz. – Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**; Escola Municipal de Ensino Fundamental Reinoldo Born, Tio Hugo, 2009.

TOZONI-REIS. Marília Freitas de Campos. **Metodologia de Pesquisa**. Curitiba: IESDE, 2006

SÁ, M. S. M. M. *et al.* **Introdução a Psicopedagogia** – Curitiba: IESDE, 2006.

SANCHES. Isabel Rodrigues. **Necessidades Especiais e Apoios e complementos Educativos no cotidiano do Professor**. V. 11. Porto/Editora LDA – 1996.

SANTOS, Belmira Rodrigues Almeida. **Comunidade Escolar e inclusão**. Quando todos ensinam e aprendem com todos. Instituto Piaget. Lisboa/Portugal, 2007.

SAVIANI. D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 20. Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

STAINBACK, Susan Bray; STAINBACK, William C. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: ARTEMED, 1999.

SERRA Dayse Carla Gênero. **Teorias da psicopedagógica institucional**/Dayse Carla Gênero Serra – Curitiba: IESDE, 2006.

SILVA, Daniel Vieira Da. **Educação Psicomotora** – Curitiba: IESDE, 2006.

SILVA. Maira Alice da. **Educação Especial e inclusão escolar: História e fundamentos**. Curitiba: IBPEX, 2010.

### **SITES PESQUISADOS**

[www. pt.wikipedia.org/wiki/classes\\_multisseriadas](http://www.pt.wikipedia.org/wiki/classes_multisseriadas) – Disponível em 10 de agosto de 2010.